

Rompimento da Aliança Sino-Soviética: a Influência dos Respective Líderes e da Política Doméstica Chinesa

*Maitê Roman Goulart
Victor Hugo Dresch da Silva¹*

RESUMO: O objetivo do presente artigo é analisar o desenvolvimento da política externa soviética em relação à República Popular da China, mais notadamente o fim das relações diplomáticas que levaram ao rompimento da aliança sino-soviética a partir do fim da década de 1950. Tendo em vista a relevância dos dois principais países comunistas de então, a deterioração das relações se torna significativa pois surtiu impactos importantes para o desenrolar da Guerra Fria. Este trabalho, portanto, busca discutir a construção da aliança sino-soviética e os condicionantes que levaram ao seu rompimento, a partir da análise do seu contexto histórico e da política externa soviética em relação à China.

PALAVRAS-CHAVE: Aliança Sino-soviética. Política Externa Soviética. China. Guerra Fria.

¹ Graduandos em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

1 Introdução

Em 1950, com a assinatura do Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua Sino-Soviética, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a China formalizam uma das alianças mais significativas da história. Em um contexto de Guerra Fria e de tensão internacional, a consolidação da aliança significou a associação dos mais poderosos países comunistas que, juntos, abarcavam extensões territoriais e números populacionais continentais. A inauguração da República Popular da China (RPC), em 1949, foi a culminância de décadas de luta por parte do Partido Comunista Chinês; desde a sua formação, em 1921, o Partido foi muito influenciado pelos princípios soviético na sua busca pela construção de um país socialista.

Apesar da relevância da aliança e do seu êxito inicial, ela rapidamente entra em desestabilização a partir do final dos anos 1950. Diversos fatores impulsionam a sua deterioração e esta, posteriormente, termina com o rompimento total das relações sino-soviéticas; as duas potências comunistas mundiais embarcam em um período de hostilidades, o qual impacta profundamente a Guerra Fria. Diversos fatores podem nos auxiliar a entender as razões que levaram a esse rompimento, tendo como objetivo analisar diferentes perspectivas sobre o assunto, em um esforço de mostrar, principalmente, a influência da política doméstica chinesa e as ações dos líderes chinês e soviético como fator determinante.

Para compreender o rompimento sino-soviético é necessário também entender o modo como as relações entre ambos os países desenvolveram-se ao longo da história. Uma análise da forma como os dois partidos comunistas enxergavam um ao outro, desde a sua formação, bem como do papel da URSS na construção da China, é essencial para entender o posterior rompimento. Tendo isso em vista, a primeira seção deste artigo busca descrever esses fatos, desde a formação do partido chinês até o auge da aliança nos início da liderança Khrushchov. Em seguida, a segunda metade do trabalho tem como objetivo elaborar o fim das relações diplomáticas entre ambos os países, apresentando o seu contexto e as suas causas.

2 A Construção da Aliança

A criação do Partido Comunista Chinês (PCC), em 1921, foi profundamente marcada pela Revolução de 1917. Os líderes chineses adotaram muitos dos princípios e visões exaltados pela Revolução que derrubou o Império Russo e que, posteriormente, inaugurou a URSS. A Rússia comunista era, para os membros do PCC, o grande baluarte da luta proletária e anti-imperialista no mundo, o que para muitos tornaria uma aliança entre chineses e soviéticos algo completamente natural. No entanto, mesmo com o claro alinhamento ideológico entre ambos os partidos, a influência do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em território chinês foi bastante branda durante as suas primeiras décadas; passando-se muitos anos até que a política externa em relação à China adquirisse alguma prioridade dentro da agenda soviética. O grande exemplo dessa política foi o escasso apoio da URSS à luta do PCC durante a sua busca pelo controle da China e a diretriz advinda do Comintern que, na tentativa de barrar o avanço imperialista na região, até mesmo defendia a consolidação de uma frente única entre o Partido Comunista Chinês e o Kuomintang – também conhecido como Partido Nacionalista (CHEN, 1983).

A já baixa influência soviética dentro do PCC entra em ainda maior declínio quando, em 1927, o Kuomintang volta-se contra o seu aliado comunista, debilitando-o profundamente e forçando a sua retirada para a periferia chinesa. Foi nesse momento de reconstrução que Mao Zedong, figura importante na futura consolidação da República Popular da China, começa a ascender como principal líder dentro do partido. Em um período de reconstrução do PCC, é diante de uma nova oportunidade de implantar e desenvolver suas próprias ideias de construção de uma sociedade comunista que as primeiras divergências ideológicas entre Mao e Stalin começam a surgir (WESTAD, 1998). A partir da década de 1930, Mao começa a cada vez mais consolidar-se como um teórico marxista para o comunismo chinês; o líder do PCC afirmava que o marxismo soviético era “russificado” e, portanto, deveria ser readaptado às condições chinesas. O líder do partido chinês inclusive culpava as diretrizes do Comintern e de Stálin pela quase ruína do PCC, afirmando que eles não deveriam ter apoiado a continuação da aliança entre os partidos chineses. É nesse contexto de divergência ideológica, somado a crescente

tensão no continente europeu nos anos 1930, que a importância da China para a União Soviética se mantém pouco relevante (LÜTHI, 2008).

Apesar de todas as discordâncias, a invasão japonesa à China fomentou certa aproximação entre ambos os partidos comunistas. Quando o ataque por parte do Japão forçou o PCC a sair do isolamento, uma breve trégua com o Kuomintang permitiu que o partido de Mao se consolidasse e expandisse sua influência pelo território chinês. É nesse cenário que o interesse soviético em relação ao PCC passa a gradualmente retornar. O grande objetivo de Mao torna-se, após a Segunda Guerra Mundial, trazer o Exército Vermelho para a guerra contra o Japão, o que auxiliaria na busca pelo controle sobre a China. O líder comunista chinês busca então adaptar as políticas do seu partido para que elas se alinhassem às diretrizes soviéticas e para que, assim, Stálin aceitasse enviar apoio ao Exército Popular de Libertação. No entanto, os oficiais chineses surpreendem-se quando as forças soviéticas se recusam a enviar ajuda na luta contra o Japão (WESTAD, 1998).

De acordo com Westad (1998), essa falta de apoio trouxe consigo duas lições: em primeiro lugar, havia muito trabalho a ser feito para que os líderes soviéticos realmente reconhecessem a liderança chinesa e para que as políticas propostas por eles fossem aceitas como alinhadas às soviéticas; e o Partido Comunista Chinês, sob hipótese alguma, deveria depender da ajuda da URSS para alcançar seus objetivos. Esses dois pontos rodaram, por muitos anos, a formulação da posição chinesa frente à URSS.

A visão soviética em relação aos avanços do Partido Comunista Chinês ainda permaneceu inalterada mesmo com a evidente derrocada do Kuomintang, a partir de 1948, e com significativas vitórias por parte do PCC. Stálin ainda temia que diversos cenários, como a insurgência de grupos anticomunistas, o reerguimento do Kuomintang ou até mesmo um ultimato estadunidense, ainda poderiam minar uma possível vitória comunista. Era muito arriscado desviar recursos soviéticos em direção a uma revolução que, na perspectiva soviética, dificilmente sairia vitoriosa. Essa ideia era ampliada pelo fato de que, após o fim da Segunda Guerra Mundial, a atenção soviética manteve-se muito voltada para o início da Guerra Fria na Europa, o que impedia que qualquer ajuda à revolução chinesa pudesse ser consolidada (JUN, 1998).

Nesse contexto de início da Guerra Fria, o objetivo da URSS dentro do território chinês era, em linhas gerais, impedir que a influência ocidental se consolidasse dentro da China, principalmente em regiões fronteiriças como a Mongólia e Xinjiang, e essa meta não necessariamente demandava um sucesso revolucionário. Um ótimo resultado para a URSS seria a consolidação de negociações internacionais que garantissem a paz dentro do território chinês; dessa maneira as tensões decorrentes da então recente Crise de Berlim seriam minimizadas e a URSS ainda assim seria capaz de conservar certa influência nos assuntos chineses. No entanto, Mao enxergou essa visão com extrema hostilidade. Na sua perspectiva, esse tipo de negociação permitiria que potências ocidentais se inserissem na China, o que beneficiaria diretamente os interesses estadunidenses (WESTAD, 1998).

Mesmo com todas as divergências e com anos nos quais não houve apoio qualquer, o líder chinês ainda julgava como essencial uma aliança consolidada com a União Soviética. A partir do fim da guerra civil e da sucessiva inauguração da República Popular da China, no fim de 1949, Mao percebe que havia a necessidade de garantir o apoio soviético, tanto militar quanto econômico, para que a China pudesse se consolidar como Estado. Além da utilidade do apoio soviético para o desenvolvimento do comunismo chinês, a crescente hostilidade por parte dos Estados Unidos contribuía para que Mao adotasse essa posição (LÜTHI, 2008). Contudo, na sua visão, a China Comunista ainda deveria se empenhar na consolidação de sua relevância dentro do bloco comunista, e, portanto, “Mao Zedong buscava uma parceria de longo prazo, porém frouxa, que permitiria que a RPC ainda desfrutasse de alguma margem de manobra”. (LÜTHI, 2008, p. 30, tradução nossa). Em 1949 essa posição acaba por ser concretizada, com a visita de Anastar Mikoyan, um membro do partido soviético, à China, que foi sucedida pela ida de Liu Shaoiqi, o segundo no comando do PCC, à URSS. Como anunciado publicamente por Mao, a política externa da República Popular da China passa a gradualmente se inclinar em direção à União Soviética.

A culminância de todos esses aspectos foi, em 1950, a viagem de Mao Zedong até Moscou e seu encontro com Stálin, os quais trouxeram como resultado a assinatura do Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua Sino-Soviética, consolidando o apoio da URSS à construção do novo Estado chinês. Através do

tratado, os oficiais soviéticos garantiram apoio de diversas maneiras, tanto militar quanto econômica; havia, no entanto, muitos pontos importantes na agenda do PCC que foram categoricamente rejeitados por Stálin. Dentre eles estava a ambição de unir a Mongólia e a RPC, a busca por ajuda para a reconquista de Taiwan e a formulação de uma estratégia conjunta que moldasse as bases dos princípios revolucionário na região. Já desde o início estava muito claro que a mais nova aliança era marcada por muitas assimetrias. Os oficiais soviéticos e, principalmente Stálin, a todo o momento rebaixavam as autoridades chinesas, deixando claro que a China deveria se submeter à agenda e aos princípios promulgados pela União Soviética (JUN, 1998).

Na evolução histórica da aliança sino-soviética, após a assinatura do Tratado de Amizade, a eclosão da Guerra das Coreias, em 1950, significou a primeira concretização de muitos dos princípios estabelecidos por ele. Ambos puderam por em prática os acordos de cooperação estabelecidos apenas meses distante da primeira invasão da Coreia do Norte ao seu vizinho meridional (WEATHERSBY, 1998). A intervenção chinesa – a qual só aconteceu devido a pressões diretamente vindas de Stálin – foi fortemente apoiada pelo suporte soviético, que enviou suprimentos militares e conselheiros para auxiliar no esforço de guerra liderado pelo exército chinês. A cooperação ao longo das batalhas na península coreana mostra com clareza que, em seu período inicial, a aliança sino-soviética manteve-se harmoniosa (NAKAJIMA, 1987).

Em 1953, a morte de Stálin e a subsequente ascensão de Nikita Khrushchov como líder do partido marcaram profundamente as relações sino-soviéticas. O novo líder da URSS, em comparação com seu antecessor, enxergava a RPC como muito mais importante; a aliança com a China deveria ser aprofundada no momento em que ela significava uma grande vantagem na luta contra o Ocidente. Era o início de uma nova era que, embora curta, pode ser considerada o auge da parceria entre chineses e soviéticos. Nesse sentido, a primeira grande viagem de Khrushchov para o exterior foi uma visita à China, evento que carregou como símbolo o fato de que a posição da RPC estava se consolidando internacionalmente (LÜTHI, 2008).

Diante de um histórico de ambiguidade – que foi da estranheza à aproximação – nas relações sino-soviéticas conduzidas por Stálin, o modo como

Khrushchov percebe a aliança com a China impacta profundamente o seu desenrolar. Na visão do novo líder soviético, o modo como a URSS agia em relação à China poderia ser assemelhado a vínculos coloniais empregados por potências imperialistas, e todas essas assimetrias deveriam ser diminuídas. Como resultado dessa visão deu-se o desmantelamento dos protocolos que garantiam a dominação, tanto econômica quanto militar, de regiões como a Manchúria e Xinjiang, além do aprofundamento da cooperação em diversas áreas. No entanto, é importante mencionar que mesmo com as claras alterações empreendidas por Khrushchov, o líder do PCUS nunca deixou de admirar o legado deixado por Stálin. Todas as bases dessa aliança – que, na visão de Khrushchov, poderia ser muito próspera – foram assentadas pelo seu antecessor, o qual permitiu a evolução de uma das alianças mais poderosas diante das dinâmicas políticas da Guerra Fria (PLESHAKOV, 1998).

A posição de Khrushchov em relação à China também estava em consonância com o modo como o líder soviético passou a instituir sua nova política externa. Tendo em vista o rompimento da Iugoslávia com o bloco comunista, ao buscar a estabilização das relações bilaterais do país, Khrushchov tentou impedir que qualquer outro cenário semelhante ocorresse novamente. Essa ideia era essencialmente importante para a aliança chinesa, já que qualquer rompimento similar com a China iria, na visão de Khrushchov, trazer consequências ainda piores para a posição soviética, pois a consolidação territorial chinesa serviria aos interesses estratégicos da URSS ao garantir a proteção da massa continental do continente asiático (PLESHAKOV, 1998).

Um ponto importante no acordo de cooperação sino-soviético foi o Programa de Conselheiros Soviéticos, o qual foi estabelecido ao longo da década de 1950 na tentativa de auxiliar a construção do novo Estado chinês. Dentro desse programa, milhares de especialistas soviéticos, das mais diferentes áreas, foram enviados à RPC com o objetivo de ajudar no seu estabelecimento; durante a sua primeira década, muitos dos planos de desenvolvimento e de industrialização chineses – como o Primeiro Plano Quinquenal – foram baseados em modelos soviéticos de implementação do comunismo (KAPLE, 1998). Além disso, a ascensão de Khrushchov representou o aprofundamento nas relações econômicas de ambos os países. A cooperação econômica sino-soviética foi marcada por diversos aspectos, desde

a concessão de créditos e de auxílio financeiro à transferência de tecnologia. A cooperação militar também foi aprofundada durante os primeiros anos da liderança de Khrushchov; a União Soviética até mesmo garantiu apoio na transferência de tecnologia que permitisse o desenvolvimento do programa nuclear chinês e a sua futura produção de armas nucleares – as quais a URSS já havia desenvolvido em 1949 (TEIWES, 1987).

Não restam dúvidas que a aliança foi capaz de prosperar ao longo de seus anos iniciais. Desde a influência ideológica presente na fundação do PCC até o apoio militar ao longo da Guerra das Coreias, o acordo entre as duas potências comunistas foi importante em diversos âmbitos, trazendo resultados positivos para ambos os lados. No entanto, apesar desse sucesso, a partir da metade dos anos 1950 a antes tão importante aliança sino-soviética passa a entrar em um processo de deterioração. O objetivo da seção seguinte é, portanto, além de descrever esse processo de degradação, analisar os possíveis fatos que levaram a esse momento.

3 Ruptura Sino-soviética: uma Análise das Causas

A presente seção tem por objetivo realizar uma análise das principais causas da ruptura sino-soviética, em um esforço para elucidar que o desenrolar de fatos históricos – a partir de um determinado período – e as diferenças ideológicas não foram os únicos fatores que contribuíram para o desgaste das relações. Tais elementos possuem importância para a explicação, no entanto, é preciso também considerar como as políticas domésticas chinesas moldaram as ações de seus respectivos líderes, assim como a desconfiança mútua que se desenvolveu ao longo dos anos.

3.1 O Declínio das Relações (1956-1959)

Grande parte dos estudos sobre a ruptura da aliança entre a União Soviética e a China data o declínio das relações em fevereiro de 1956, quando Nikita Khrushchov criticou Stalin e suas ações no Vigésimo Congresso do Partido Comunista da União Soviética. No entanto, é importante lembrar que esse marco não é um consenso dentro do meio acadêmico, e que a base para o desentendimento entre as partes não começou a partir desse marco – ela foi construída ao longo de toda a relação (WESTAD, 1998).

A falta de unanimidade sobre quando começou a tensão entre China e União Soviética não exclui o fato de que o Congresso de 1956 marcou um ponto de inflexão nas atitudes políticas de ambas as partes. Depois do discurso anti-Stalin proferido por Khrushchov, Mao e seus colegas de Partido sentiram-se profundamente ofendidos com o desenrolar dos acontecimentos. No entanto, o discurso em si não foi o fundamento de tal ressentimento, mas sim o fato de que os soviéticos não fizeram nenhuma tentativa de consultar previamente seus camaradas chineses sobre o discurso (JIAN; KUISONG, 1998). Depois de tal episódio, Mao presidiu várias reuniões do Comitê Central do Partido Comunista Chinês para discutir o discurso de Khrushchov, expondo a decisão final do Partido através do jornal “Renmin ribao” – onde argumentou que Stalin, apesar de todos os seus erros sérios, ainda precisava ser respeitado como um grande marxista-leninista (WESTAD, 1998).

A resposta inicial de Mao no que diz respeito à desestalinização e os acontecimentos posteriores ao Congresso elucidam a mudança significativa na postura chinesa em relação aos soviéticos: mesmo que publicamente Mao continuasse sustentando o discurso de que a URSS permanecia o centro do campo socialista, o líder chinês acreditava que ele era o mais qualificado para ditar o caminho do movimento mundial. Tais divergências entre Pequim e Moscou tornaram-se evidentes nas respostas dos dois frente às crises polonesa e húngara no final de 1956 (LÜTHI, 2008).

Diante do florescimento de conflitos internos desencadeados por sentimentos anticomunistas da população polonesa, Moscou informou Pequim de sua intenção de intervir militarmente no território em outubro de 1956. Os chineses não apenas portaram-se veementemente contrários a tal ação, como afirmaram que tal intervenção era contrária à soberania da Polônia (PERSAK, 2006). Em contraponto, quando o Politburo informou sua decisão de retirar suas tropas da Hungria – país que enfrentava uma revolta popular contra as políticas do governo e da União Soviética – os líderes chineses afirmaram que tal intenção seria uma traição à população húngara, e que colocaria os soviéticos em uma posição de criminosos históricos (JIAN; KUISONG, 1998). Em ambos os casos os soviéticos acabaram mudando suas intenções iniciais, entretanto, tais episódios elucidam as diferenças estratégicas de ambos os países – assim como o acirramento das tensões

políticas, visto que as ações chinesas podem ser explicadas pela crença de que a crise na Hungria era anticomunista, e a crise na Polônia era primariamente anti-soviética (PERSAK, 2006).

A atitude de Pequim em relação à crise húngara refletiu a crença de Mao de que a luta de classes continuava a existir em um país socialista. Diante de tal certeza, o líder chinês reforçou sua determinação de promover a revolução contínua da China, especialmente nos campos da política e da ideologia – através da campanha das Cem Flores. Tal campanha consistiu no incentivo ao livre pensamento, inclusive o anticomunista. No entanto, quando inúmeras críticas ao partido aconteceram, Mao radicalizou sua política e estabeleceu o controle absoluto da opinião pública da China (KISSINGER, 2011). A radicalização interna ultrapassou as fronteiras domésticas e caracterizou o posicionamento internacional do país, visto que mais do que nunca a posição como líder do movimento comunista deveria fortalecer a imagem do poder chinês, aprofundando as desavenças políticas e ideológicas entre China e União Soviética (DANHUI, 2011).

Mesmo com o aprofundamento das tensões, alguns estudiosos afirmam que as relações ainda estavam longe do seu fim e que tais acontecimentos não caracterizaram o início da deterioração da aliança. Tal pensamento é fundamentado no fato de que as relações – principalmente militares e econômicas – continuaram se desenvolvendo ao longo dos anos de 1956 e 1957. Em algumas áreas, como a de tecnologia militar e nuclear, elas até mesmo se intensificaram – celebradas pelo acordo firmado entre as partes, em 1957, que dizia respeito a um aumento do intercâmbio de tecnologia nuclear (WESTAD, 1998). A explicação de Mingjiang Li para a contínua cooperação sino-soviética, mesmo em face aos episódios de tensão, gira em torno do seu argumento de que Mao Tsé-Tung escalonou – de maneira intencional – as disputas ideológicas entre as partes para avançar seus programas domésticos e derrotar seus desafidores políticos (principalmente depois dos acontecimentos posteriores à campanha das Cem Flores) (LI, 2010).

Apesar da significativa cooperação empreendida por China e União Soviética, o ano de 1957 marcou outro acontecimento importante no que tange a deterioração das relações. A partir de meados de tal ano, Khrushchov tentou ajustar suas relações com Pequim para atender a sua nova busca: o relaxamento das tensões

com o Ocidente (PLESHAKOV, 1998). No entanto, paralelamente a nova política soviética, Mao participou de celebrações para o quadragésimo aniversário da Revolução de 1917, proferindo um discurso de que a China, a URSS e os movimentos socialistas ao redor do mundo configuravam-se como uma força contra os Estados Unidos e seus aliados, afirmando que “o vento oriental prevalece sobre o vento ocidental” (WESTAD, 1998). Tais afirmações não poderiam ter vindo em pior momento para os soviéticos, assim como a busca pela coexistência pacífica de Khrushchov foi expressivamente atacada pelo líder chinês. Tais linhas de política chinesas, consideradas agressivas pelos soviéticos, provavelmente tiveram grande influência na decisão da URSS em fazer grandes propostas militares para Pequim em 1958 (aleadamente com o objetivo de melhor controlar as ações chinesas) (LÜTHI, 2008).

Assim, em junho de 1958, a União Soviética apresentou um conjunto de propostas de cooperação e integração militar entre os países. Os principais pontos dos planos diziam respeito a instalações conjuntas de inteligência técnica, estações de comunicações navais de longa distância e a criação de uma força conjunta de submarinos para operar ao longo da costa chinesa e no Pacífico – todas instaladas em território chinês e pagas pelos soviéticos (WESTAD, 1998). Tais acordos não apenas foram veementemente recusados pela China, mas também acusados de representar uma tentativa soviética de controlar o país militarmente. É importante lembrar que a desconfiança de Mao em relação às ações soviéticas esteve presente desde os primeiros encontros com Stalin, portanto, as raízes do desentendimento já existiam anos antes de tais acontecimentos. A suspeita mútua criada a partir desse episódio aumentou ainda mais em 1959, quando o ministro da defesa chinês, Pen Tehuai foi deposto de seu cargo – aparentemente por ser o principal defensor das propostas soviéticas (LÜTHI, 2008).

Uma nova era de desentendimentos entre Pequim e Moscou foi desencadeada pela radical virada das políticas domésticas chinesas durante o ano de 1958. O principal motivo da mudança foi o anúncio chinês da intenção de promover o Grande Salto Adiante (Great Leap Forward), projeto que tinha como objetivo transformar a China em uma grande potência industrial em apenas uma década (LÜTHI, 2008). O plano do Grande Salto consistia em uma ampla mobilização

de massas – em menos de um ano mais de 500 milhões de camponeses chineses integraram-se a 26.000 comunas nas quais não havia qualquer tipo de propriedade privada. O intuito era fazer com que os camponeses aprendessem as técnicas usadas na indústria, construindo, de uma forma intensa, o caminho para o comunismo (PALESE, 2009). Os profundos efeitos negativos da empreitada começaram a ser sentidos na economia chinesa a partir da primavera de 1959, quando a população rural revoltou-se diante da mentalidade do “avanço contínuo” do trabalho, e com a queda da produção industrial chinesa. O cenário deteriorou-se ainda mais com o passar do tempo, sendo tal deterioração representada pelo desencadeamento de uma rebelião anticomunista no Tibete (JIAN; KUISONG, 1998).

O Grande Salto Adiante não acarretou apenas em consequências dentro das fronteiras chinesas, mas também no posicionamento internacional que Mao começou a tomar a partir de então. Primeiro, o discurso inicial proferido pelos chineses era de que apenas eles estavam realmente engajados na construção do comunismo e que apenas eles eram comunistas de verdade. Segundo, o líder chinês começou a enxergar os problemas e resultados negativos de sua política intimamente atrelados aos seus colegas de partido que não souberam liderar as campanhas durante o Grande Salto, acusando-os de estar presos ao modelo soviético de desenvolvimento (JIAN; KUISONG, 1998). Por fim, grande parte das decisões e ações desenvolvidas por Mao, a partir dos negativos resultados de suas políticas, possuíam o intuito subjacente de retirar o foco das atenções dos seus fracassos e colocá-lo nas tensões e disputas com a União Soviética. Como esperado, os soviéticos portaram-se extremamente contrários a todas essas ações chinesas – contribuindo ainda mais para a ascensão das tensões (LÜTHI, 2008).

No entanto, é importante ressaltar que muitos pesquisadores acreditam que o retrato de Mao é completamente exacerbado, e que a “culpa” pela deterioração das relações não pode ser colocada completamente nas costas dos chineses. Segundo o escritor Dong Wang, as ações chinesas não eram tão extremas como portadas nos fatos históricos e, na realidade, durante essa época, os chineses ainda acreditavam genuinamente que a unidade sino-soviética era indispensável para a melhoria da situação estratégica da China, e que os benefícios da unidade superavam as diferenças entre os dois. O autor também afirma que a causa mais preponderante

para o agravamento das relações foi a perseguição de Khrushchov à melhoria das relações com o Ocidente (WANG, 2012).

Em julho de 1958, o Exército Popular de Libertação da China empreendeu bombardeios em larga escala em Quemoy, arquipélago controlado pelas forças do Kuomintang. Mao não havia informado Khrushchov de suas intenções e, quando os soviéticos ofereceram apoio logístico e especialistas militares, a China afirmou que era outra tentativa soviética de controlar as ações chinesas e o próprio resultado da crise. Segundo Jiang e Kulsong, a campanha chinesa não pretendia envolver a China em um confronto militar direto com os Estados Unidos. O objetivo era, além de chamar a atenção para a questão de que Taiwan fazia parte da República Popular da China, aumentar o apoio popular para as transformações do Grande Salto Adiante – fortalecendo a imagem chinesa perante o Sistema Internacional e, conseqüentemente, dentro do seu próprio território (JIAN; KUISONG, 1998).

A divergência entre a China e a União Soviética tornou-se pública pela primeira vez em agosto de 1959, quando um conflito fronteiriço entre a China e a Índia desencadeou-se. As disputas fronteiriças sino-indianas caracterizam-se como questões históricas complexas – visto que ambos os países não concordavam com a delimitação da fronteira entre estes (ZHANG; LI, 2013). Apesar de a China ter mantido relações amigáveis com o governo indiano ao longo de toda a década de 1950, esse aparente progresso das relações sofreu um expressivo baque quando a Índia aceitou o líder religioso tibetano da época, o 14º Dalai Lama – o qual tinha acabado de fugir de uma revolta fracassada contra o governo chinês – como exilado em seu território. Tal ação desencadeou uma forte militarização da fronteira por ambas as partes, culminando em um conflito armado no final de 1959. Em setembro, a mídia soviética emitiu uma declaração expressando grande pesar sobre os acontecimentos na fronteira sino-indiana. Na visão de Pequim, a URSS havia adotado uma posição clara de apoio ao governo indiano. Já Khrushchov acreditava que Mao tinha o objetivo claro de sabotar os esforços no que tange a coexistência pacífica, assim como causar problemas em sua aliança com Nova Deli (LI, 2010).

Paralelo a tais acontecimentos, Khrushchov viajou para Pequim para participar das festas do décimo aniversário da República Popular. Em tal ocasião, o líder soviético fez um discurso enfatizando o desenvolvimento do relaxamento

das tensões com os Estados Unidos, e como não era sensato o uso de meios militares para testar a estabilidade do sistema capitalista – em uma alusão aos recentes acontecimentos em Taiwan (WESTAD, 1998). O acirramento das diferenças estratégicas e ideológicas entre os dois países não conseguia mais ser escondido. Mao e os líderes do Partido repudiaram vigorosamente os discursos “revisionistas” e “anti-revolucionários” adotados pelo líder soviético em diversas ocasiões. Na visão da China, os soviéticos estavam compactuando com os líderes imperialistas – algo que consideravam inaceitável (DANHUI, 2011).

3.2 A Ruptura das Relações

É difícil datar o acontecimento ou período exato que marcou a ruptura da aliança sino-soviética. Entretanto, o congresso do Partido dos Trabalhadores da Romênia, em 1960, proporcionou o cenário para a primeira exibição pública da divisão do movimento comunista (PLESHAKOV, 1998). Ambos os governos compareceram a reunião com o propósito de defender a sua percepção sobre a situação internacional e sobre o movimento socialista mundial. Khrushchov, através de seu discurso, pontuou que na ocorrência de dois sistemas mundiais distintos, seria imperativa a construção de esforços mútuos para impedir a possibilidade de uma guerra, e que se devia cessar as afirmações de que as guerras imperialistas só seriam terminadas quando o socialismo triunfasse no mundo inteiro. No final da reunião, Khrushchov perdeu seu temperamento, acusando Mao de “ultra-esquerdista” (WESTAD, 1998).

As consequências das disputas verbais não demoraram a emergir na superfície. A base do programa de industrialização chinês consistia em ampla ajuda técnica proveniente da União Soviética. Em julho de 1960, Khrushchov retirou mais de 1.300 especialistas técnicos do território e reduziu drasticamente a ajuda material e militar a Pequim. As consequências negativas para o programa chinês foram imediatas, tendo em vista a já precária situação causada pelas falhas do Grande Salto Adiante (DANHUI, 2011). Apesar de tal acontecimento ter aprofundado ainda mais a degradação das relações, elas ainda não haviam sido cortadas completamente, visto que a cooperação econômica e militar entre China e URSS ainda continuava em determinados setores (SAVRANSKAYA; TAUBMAN, 2010).

Três episódios podem ser considerados como os desencadeadores finais da ruptura sino-soviética. No ano de 1962, a Índia enviou tropas militares para áreas disputadas das montanhas do Himalaia – despertando a certeza chinesa de que tal ação consistia em um preparativo para um posterior ataque às posições chinesas no território. Diante disso, Mao ordenou o exército chinês atacar primeiro e, depois de duas ondas de investidas, as forças chinesas derrubaram as unidades indianas e adentraram o nordeste do território (ZHANG; LI, 2013). A posição da União Soviética perante o acontecimento não poderia ser mais clara: o bloco mostrou seu total suporte ao governo indiano através do envio de armas e transportes para fins militares (JIAN; KUISONG, 1998).

A crise dos mísseis em Cuba foi o segundo acontecimento externo que empurrou ainda mais as relações para seu espiral descendente. Depois da retirada da URSS, em 28 de outubro de 1962, a propaganda do Partido Comunista direcionou-se totalmente a ataques contra a ação soviética, afirmando que estes estavam assustados diante da agressão imperialista (WESTAD, 1998). Por fim, em 25 de julho de 1963, representantes da União Soviética, dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha assinaram um tratado parcial de proibição de testes nucleares, o primeiro acordo tangível da nova distensão entre Oriente e Ocidente. Khrushchov esperava que a China assinasse tal tratado, no entanto, a resposta de Pequim foi a classificação do tratado como uma fraude destinada a preservar o monopólio nuclear e a prova final da traição soviética ao movimento comunista. A União Soviética, por sua vez, acusou a posição chinesa como a prova da compulsão do país em obter armas nucleares (PLESHAKOV, 1998).

Com o desenrolar dos anos a situação já deteriorada aprofundou-se ainda mais. Mesmo depois da saída de Khrushchev, a China parecia estar preparada para inaugurar o início da multipolaridade no cenário internacional – emergindo como desafiante tanto para a União Soviética como para os Estados Unidos. Os chineses detonaram seu primeiro dispositivo nuclear no outono de 1964 e testaram com sucesso um míssil balístico em 1966. No mesmo ano, respondendo em parte a esse desenvolvimento, a URSS começou a implantar os primeiros elementos de um sistema de mísseis antibalísticos (ABM) em torno de Moscou (SAVRANSKAYA; TAUBMAN, 2010).

4 Considerações Finais

Por fim, diante da análise elaborada ao longo da história das relações sino-soviéticas e sem desconsiderar o mérito de outras interpretações – pode-se perceber a expressiva influência que as ações dos líderes soviéticos e de Mao Zedong tiveram no desencadeamento da ruptura do pacto e das relações entre ambos. Mesmo quando há divergência no que diz respeito a como os líderes políticos foram retratados, as diferentes perspectivas, ainda assim, convergem para a importância que tais governantes apresentaram em todo o desenrolar histórico.

Mao, o líder supremo do sistema político chinês, pautou suas relações e ações com a União Soviética em suas próprias lutas internas e, em larga medida, manipulou e escalou as disputas ideológicas sino-soviéticas para seus propósitos domésticos, ou seja, pressionando por seus programas domésticos radicais, afirmando sua própria supremacia ideológica e verificando o poder e a influência de seus rivais políticos. Também é importante ressaltar como Mao mantinha esforços contínuos para tirar a atenção das consequências negativas de suas políticas internas, principalmente no que diz respeito ao “Grande Salto Adiante”. Stalin, por sua vez, também influenciou o relacionamento em grande medida, visto que as relações com a China conduzidas por ele foram enxergadas com desconfiança e estranheza devido ao seu modo assimétrico. Mao e os líderes chineses nunca esqueceram o modo como a URSS agiu em relação à China, plantando a semente da desconfiança que aprofundaria ainda mais com o passar dos anos. Por fim, as ações de Khrushchov também tiveram sua parcela de influência – principalmente no que diz respeito à posição estratégica empreendida por ele em relação ao Ocidente a partir do final da década de 1950.

Sino-Soviet Split: the Influence of the Respective Leaders and of Chinese Domestic Policy

ABSTRACT: The present article aims to analyze the development of the Soviet foreign policy towards the People's Republic of China, more precisely the end of the diplomatic relations that led to the split of the Sino-Soviet alliance by the end of the 1950s. Bearing in mind the relevance of the two most important communist countries then, the relevance of this scenario emerges as the diplomatic deterioration produced significant impacts for the unfolding of the Cold War. From its historical context and from the Soviet foreign policy towards China, this paper seeks, therefore, to discuss the arrangement of the Sino-Soviet alliance and the constraints that led to its disruption.

KEYWORDS: Sino-soviet Alliance. Soviet Foreign Policy. China. Cold War.

Referências

CH'EN, Jerome. *The Chinese Communist Movement to 1927*. In: FAIRBANK, John K. (Ed.). *The Cambridge History of China: Republican China 1912-1949, Part 1*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. p. 505-526.

DANHUI, Li. *After Leaning to One Side: China and its Allies in the Cold War*. Washington, Dc: Woodrow Wilson Center Press, 2011.

JIAN, Chen; KUISONG, Yang. *Chinese Politics and the Collapse of the Sino-Soviet Alliance*. In: WESTAD, Odd Arne. *The Origins of the Sino-Soviet Alliance*. Washington, D.c.: Woodrow Wilson Center Press, 1998. p. 246-295.

JUN, Niu. *The Origins of the Sino-Soviet Alliance*. In: WESTAD, Odd Arne (Ed.). *Brothers in Arms: The Rise and Fall of the Sino-Soviet Alliance, 1945-1963*. Washington: The Woodrow Wilson Center Press, 1998. p. 47-90.

KAPLE, Deborah A. *Soviet Advisors in China in the 1950s*. In: WESTAD, Odd Arne (Ed.). *Brothers in Arms*. Washington: The Woodrow Wilson Center Press, 1998. p. 117-140.

KISSINGER, Henry. *On China*. New York: The Penguin Press, 2011.

LI, Mingjiang. Ideological dilemma: Mao's China and the Sino-Soviet split, 1962–63. *Cold War History*, Singapura, v. 3, n. 11, p.387-419, set. 2010.

LÜTHI, Lorenz M.. *The Sino-Soviet Split: Cold War in the Communist World*. New Jersey: Princeton University Press, 2008.

NAKAJIMA, Mineo. *Foreign relations: from the Korean War to the Bandung Line*. In: TWITCHETT, Denis; FAIRBANK, John K. (Ed.). *The Cambridge History of China: The People's Republic, Part 1: The Emergence of Revolutionary China 1949-1965 Cambridge Histories*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. p. 259-283.

PALESE, Adriana. *The Great Leap Forward (1958-1961): Historical events and causes of one of the biggest tragedies in People's Republic of China's history*. Höstterminen: Lunds University, 2009.

PERSAK, Krzysztof. The Polish – Soviet confrontation in 1956 and the attempted Soviet military intervention in Poland. *Europe-Asia Studies*, [s.l.], v. 58, n. 8, p.1285-1310, dez. 2006.

PLESHAKOV, Constantine. *Nikita Khrushchev and Sino-Soviet Relations*. In: WESTAD, Odd Arne (Ed.). *Brothers in Arms: The Rise and Fall of the Sino-Soviet Alliance, 1945-1963*. Washington: The Woodrow Wilson Center Press, 1998. p. 226-245.

SAVRANSKAYA, Svetlana; TAUBMAN, William. *Soviet foreign policy, 1962–1975*. Cambridge Histories Online, Cambridge, v. 7, n. 90, p.134-157, abr. 2010.

TEIWES, Frederick C. *Establishment and consolidation of the new regime*. In: TWITCHETT, Denis; FAIRBANK, John K.. *The Cambridge History of China: The People's Republic, Part 1: The Emergence of Revolutionary China 1949-1965 Cambridge Histories*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. p. 51-143.

WANG, Dong. *The Quarrelling Brothers: New Chinese Archives and a Reappraisal of the SinoSoviet Split, 1959-1962*. Washington: Woodrow Wilson International Center For Scholars, 2012.

WEATHERSBY, Kathryn. *Stalin, Mao and the End of the Korean War*. In: WESTAD, Odd Arne (Ed.). *Brothers in Arms: The Rise and Fall of the Sino-Soviet Alliance, 1945-1963*. Washington: The Woodrow Wilson Center Press, 1998. p. 90-116.

WESTAD, Odd Arne. *Introduction*. In: WESTAD, Odd Arne (Ed.). *Brothers in Arms: The Rise and Fall of the Sino-Soviet Alliance, 1945-1963*. Washington: The Woodrow Wilson Center Press, 1998. p. 1-47.

ZHANG, Hongzhou; LI, Mingjiang. *Sino-Indian Border Disputes*. *Ispi*, Singapura, v. 5, n. 181, p.1-10, jun. 2013.